
**TIMOR E A SOBERANIA PORTUGUESA
DO DESCOBRIMENTO À REVOLTA DE 1912**

Teresa Bernardino

TIMOR E A SOBERANIA PORTUGUESA
DO DESCOBRIMENTO A REVOLTA DE 1912

«...Portugal,/Túmulo igual//Assim
crucifico-me com Cristo/em Portugal//
e ressuscito/sem saber onde...//ou em
Timor que me responde.// — Mas quanto
custa enquanto espero.

Rui Cinatti, *Timor Amor*, Lx, 1974, p. 10

A longa trajectória marítima quatrocentista que culminou com o descobrimento oficial do grande continente sul americano, a que chamámos Brasil, não constituiu o término da política portuguesa de descobrimento. Pelo contrário, as viagens continuaram a processar-se por caminhos cada vez mais longínquos, inóspitos e de perigos redobrados.

Nesta linha de conduta, a nação manteve o ímpeto inicial sem nunca desprezar o carácter científico de feição experiencial que permitiu a nossa expansão por costas só conhecidas dos seus próprios habitantes, ou por aventureiros-mercadores que apenas buscavam o lucro trocando os produtos que levavam com os das regiões visitadas. Na época em que continuávamos a abrir-nos ao mundo, a religião, a ciência, o comércio e o risco de tais atrevimentos entrelaçavam-se num mesmo discurso. No Oriente dois casos são exemplares: o de Tomé Pires chegado à Índia em 1511 e enviado para Cochim em 1512, donde seguiu para Malaca nesse mesmo ano para administrar a economia da região. Embarcando para a China foi preso e nessa situação se manteve até morrer entre 1547 ou 1551, segundo a informação de Fernão Mendes Pinto. Autor da *Suma Oriental* (1511-1515), foi este texto de grande valor geográfico para o conhecimento das Índias; de não menor influência na ciência da época, o *Livro das Cousas da Índia* de Duarte Barbosa abarcava uma zona que ia desde o cabo da Boa Esperança ao Japão.

A *Suma Oriental* sendo, essencialmente, um tratado mercantil tem no seu universo mental a oposição entre o *Cristão* e o *Mouro*. Como denota Luís Filipe Barreto «o factor religioso porque é o centro motor do superior

poder lusitano concede ao nosso reino uma especial FAMA e HONRA no concerto das nações»⁽¹⁾. Essa missão evangélica acentuou-se após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Com efeito, as viagens desde o Índico ao Pacífico tornaram-se frequentes e os portugueses fizeram, até 1513, ano em que Jorge Álvares navegou até à China (Cantão), o reconhecimento de toda a costa sul e oriental asiática. Somente o Japão não seria incluído nas viagens de exploração e contacto com culturas e civilizações tão diversas da europeia, senão a partir de 1540. A peregrinação de Fernão Mendes Pinto por terras do oriente aí teria chegado nesta data.

A conquista de Goa em 1510 e a de Malaca no ano seguinte, por Afonso de Albuquerque, foram o corolário de anteriores viagens, entre as quais se destacou a chefiada pelo capitão-mor Diogo Lopes de Sequeira. Saindo de Lisboa, em Abril de 1508, descobriu as ilhas de Nicobar e aportou a Samatra e a Malaca em Setembro seguinte. Após a conquista de Malaca, Afonso de Albuquerque enviou uma frota «ao descobrimento das ilhas de Banda e das Molucas»⁽²⁾ onde embarcou o geógrafo Francisco Rodrigues. O objectivo maior era a compra de cravo e noz moscada — grande riqueza dessas terras. Contornando Samatra e Java, a viagem prossegue apenas com dois navios porque um deles naufragara. Finalmente nas ilhas Molucas, fazem rumo ao sul até à ilha de Banda. Agora apenas a embarcação de Francisco Serrão prossegue, pois a capitaneada por António Abreu regressa a Malaca com um bom carregamento de especiarias (1512). Decidido a aprofundar o conhecimento das Molucas, F. Serrão é atacado por piratas malaios que fazem naufragar a sua nau, mas apoderando-se de um dos navios piratas, rumo à ilha de Ternate, onde permaneceu vários anos.

Segundo Damião Peres, «desta mesma época data o conhecimento de Timor, que figura numa das cartas desenhadas — em 1512, como geralmente se crê — pelo piloto cosmógrafo Francisco Rodrigues»⁽³⁾. Já em contacto com os mercadores chineses desde a chegada a Malaca, em 1509, Jorge Álvares, no ano de 1513, alcança a costa oriental chinesa. A ele se refere o governador de Malaca Rui de Brito Patalim que, em 6 de Janeiro de 1514, escreve a D. Manuel relatando-lhe o envio de um junco com «dois

(1) Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e renascimento*, Lisboa, Imprensa Nacional 1983, p. 161.

(2) Damião Peres, *Os descobrimientos portugueses*, Coimbra, 1960, p. 558.

(3) *Ibidem*, p. 559.

homens nossos, um por feitor, por escrivão outro», de quem esperava a todo o momento notícias. Não sendo designados os nomes desses portugueses, pela carta se infere terem partido provavelmente em 1513. Sobre a identificação do descobridor da China gerou-se viva polémica, mas uma carta do segundo capitão de Malaca, Jorge de Albuquerque, trouxe alguma luz sobre o assunto ao citar a viagem à China de certo Jorge cujo apelido não é legível por deterioração do documento. Este indivíduo nomeado feitor fora «na China... o primeiro homem que pôs marco por Vossa Alteza» (4). Corrobora a identidade deste navegador a referência feita por João de Barros na *Década* III da sua *Ásia*. A dado passo, afirma que Jorge Álvares colocara um padrão na China em data anterior a 1515 (5).

Relacionando esta viagem com a navegação até Timor, o comandante Humberto Leitão indica, no seu livro *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, uma carta datada de 1514 onde se mostra a intenção de enviar uma frota à ilha de Timor que «ficava um pouco além de Java». O interesse dessa rota residia nas riquezas da ilha, designadamente em sândalo, mel, cera, etc. Além disso, havia lá muitos cafres (descrentes). Mas «por não haver junco não foram lá...» (6). O autor considera, por isso, não ser provável a realização de qualquer expedição anterior ao ano de 1515, como pretendia o governador de Malaca: «Sendo assim o navio deveria ter chegado a Timor em princípios de 1515» (7).

Idêntica opinião expressa A. Teodoro de Matos em *Subsídios para a história económico-social de Timor no séc. XVIII* (Braga, 1975), enquanto A. H. Oliveira Marques faz recuar as primeiras expedições portuguesas ao Pacífico a 1511, incluindo nelas «a maior parte da Indonésia e Timor» (8). Dando continuidade à peregrinação pelas ilhas orientais, teriam descoberto a Austrália, sem a circum-navegarem. Contudo, como atrás se indicou, Damião Peres faz recuar o conhecimento de Timor a 1512, pois a ilha aparece desenhada numa carta de marear desse ano, da autoria do já citado Francisco Rodrigues (9). O descobrimento da Austrália, a extensa ilha não muito distante de Timor, em 1525, pelo piloto Gomes de Sequeira, teria

(4) *Ibidem*, p. 569.

(5) *Ibidem*.

(6) Humberto Leitão, *Ob. cit.*, p. 54.

(7) *Ibidem*.

(8) A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Agora, 1973, p. 320.

(9) Damião Peres, *Ob. cit.*, p. 559.

sido ocasionado por uma tempestade que se abateu sobre o navio capitaneado por aquele navegador e daí o afastamento de trezentas léguas para leste. Esta a versão de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Dela diverge Gago Coutinho que, com o historiador inglês G. Collingridge, atribuiu a Gomes de Sequeira o descobrimento da Austrália. Por sua vez, Damião Peres explicita o ponto de vista de Gago Coutinho que recusa peremptoriamente a tese do acaso, porque a «sua navegação de *algumas trezentas léguas*, corrida com o tempo, só a poderia ter levado pelo canal, largo de vinte léguas, entre as ilhas de Timor-pequeno e Kei, para o mar de Arafura ou de Timor, até terras da Austrália». Nas ilhas de Gomes Sequeira indicadas no mapa de Gastaldi, datado de 1554, «vê Gago Coutinho confirmada a sua opinião»⁽¹⁰⁾.

Ao concluir, depois de abordar mais algumas versões discordantes, Damião Peres aceita o ano de 1525 para a primeira viagem de Gomes de Sequeira à região australiana da península de York e atribui a Cristóvão de Mendonça a descoberta, em 1522, da chamada *ilha do Ouro*, ou seja, o Nordeste da Austrália. Embora não hajam provas categóricas sobre aquele notável descobrimento, quer por um quer por outro navegador, a fundamentação da célebre *escola de Dieppe*⁽¹¹⁾ na anterior cartografia portuguesa e a interpretação insuspeita do historiador Spate em «Terra Australis — cognita?» publicada na revista *Historical Studies* (1957) são argumentos que não podem excluir os portugueses de tais feitos⁽¹²⁾.

Revertendo à problemática do descobrimento de Timor, estes dados relativos à época das viagens portuguesas a Java e à Austrália, sendo ainda discutíveis os anos de 1512 ou 1515 para a chegada àquele território (que ficaria sob administração portuguesa mais de cinco séculos), não se pode logicamente fazê-lo posterior ao ano de 1522, visto que para atingir a Austrália era impossível desconhecer a existência de Timor.

Nesta breve abordagem do descobrimento da ilha foi nosso objectivo primordial salientar a grandeza de tais iniciativas, se tivermos em conta que Portugal continental tinha uma escassa população. Consequentemente, os efectivos militares que se podiam deslocar eram muito limitados. O sucesso

⁽¹⁰⁾ *Ibidem*, 564.

⁽¹¹⁾ «Les seuls oeuvres peu nombreuses — que nous connaissons des cartographes bretons, saintongeais ou basques du 16e et du 17e siècles ont toutes été faites d'après des modèles portugais». Cit. por Armando Cortesão, *Cartografia portuguesa antiga*, Lisboa, 1960, p. 183.

⁽¹²⁾ Damião Peres, *Ob. cit.*, p. 568.

do diálogo com povos tão diversificados e a manutenção de tão avançados postos comerciais e de penetração cristã, só se podem compreender pelo espírito empreendedor e aventureiro dos mercadores, navegantes e homens de Fé que tudo arriscavam para alcançar os seus intentos. Também os avanços que a ciência geográfico-astronómica conseguiu entre os portugueses garantiu o êxito da circulação marítima ao longo de vias desconhecidas, inóspitas e de insuspeitas características naturais.

Contrastando com a pátria lusitana, percorremos, desde os fins do séc. XV aos meados do séc. XVI, a Índia de perigos inumeráveis, a exótica China de cilada fácil, as agrestes e misteriosas ilhas do Pacífico, de que Timor se tornou o baluarte.

Foi nesta ilha situada entre Java e a Austrália que nos estabelecemos mais cedo, porquanto a instalação em Macau é incerta, mas crê-se que não remonte a data anterior a 1555. Nessa ocasião fundaram os portugueses uma feitoria e só dois anos depois, possivelmente após a intervenção de alguns a favor dos chineses contra um ataque da pirataria àquela localidade, se tornaram os arrendatários perpétuos daquele entreposto costeiro, como recompensa do auxílio prestado à grande nação Ming. No combate naval travado teria, segundo Jordão de Freitas, participado o próprio Camões, nessa época residente em Macau. Igualmente o visconde de Juromenha defende a presença do grande épico naquelas paragens entre 1556 e 1558. Pela sua importância no comércio marítimo internacional, Macau foi cobijada sobretudo desde a segunda metade do séc. XVI até à Restauração da independência portuguesa em 1640. Ligados por fortes laços de solidariedade e veneração pelos portugueses representou, no entanto, um papel de grande relevo na defesa da continuidade de Portugal no Oriente, ao opor sempre firme e invencível resistência aos ataques de espanhóis e holandeses, mesmo após a libertação nacional do jugo filipino.

Por sua vez, Timor, de mais difícil acesso e de menor impacto no comércio a grande distância, não foi alvo tão privilegiado. Com efeito, os ataques foram menos violentos e sistemáticos, mas não evitaram alguns abastecimentos em armas e homens vindos especialmente das nossas praças de Malaca, Goa e inclusivamente Macau. Foi depois da recuperação da independência nacional que as investidas dos holandeses começaram a rarear. A administração portuguesa debatendo-se com ataques a outras zonas do Império, só em 1661 viu reconhecida a sua soberania na área que ocupávamos.

Para marcar a vitória alcançada foi edificada uma fortaleza em Lifau, povoado que, até 1769, foi a capital «dos nossos domínios na Oceania»⁽¹³⁾. A menor importância do valor económico da ilha ocupada pelos portugueses é atestada pela predominante permanência da Igreja Católica, através dos frades dominicanos. Região dominada por uma intensa religiosidade feiticista de raízes milenárias, constituía um pólo de atracção para os colonizadores que vindos de Portugal iam desembarcando nas terras da Índia, de Malaca ou da China Oriental. Aí eram informados das zonas onde a sua acção era mais urgente e assim continuavam a desvendar os caminhos tortuosos das várias ilhas do Pacífico, entre as quais sobressairam as das Flores, Solor e Timor.

Nos timorenses habituados durante muitas décadas ao mando dos seus chefes religiosos e simultaneamente políticos, provocou grande descontentamento a nomeação de governadores estranhos ao território. As populações indígenas altamente arreigadas aos seus ancestrais costumes e mal distinguindo o poder civil do religioso, pouco abertas à novidade e considerando uma intromissão injusta e uma atitude prepotente, tornam-se indisciplinadas e dão origem a desacatos. O apoio dos frades lesados nas prerrogativas detidas até então ocasionou uma má receptividade perante os funcionários vindos de Goa, por ordem do governo português da Índia. As maiores desordens e desentendimentos entre as populações não se fizeram esperar...

Em 1720, as acusações ao governador Francisco de Melo e Castro, a insubmissão à sua autoridade, obrigou à sua substituição por António de Albuquerque Coelho que não almejou submeter todos os pequenos potentados sob um efectivo e duradouro controlo. Recebendo o apoio dos holandeses, sempre prontos a combater a presença portuguesa, alguns régulos mantêm a rebelião.

Em 1742, Fr. Jacinto da Conceição fomenta a oposição declarada de Lifau ao governador e, em 1769, António José Teles de Meneses, chefe do governo de Timor, é cercado naquela localidade por uma multidão de rebeldes. O reino de Mambara arvora a bandeira holandesa em 1790. Contudo, Portugal persiste na conservação daquele posto avançado do Oriente. Em troca da entrega das ilhas de Solor e Flores à Holanda, em 1859, recupera-se finalmente o território nunca esquecido de Timor.

⁽¹³⁾ Jaime Cortesão, *O ultramar português depois da Restauração*, Lisboa, Portugalia Editora, 1971, p. 72.

Como afirmava Teófilo Duarte, em 1943, no seu livro *Timor* ⁽¹⁴⁾, a importância estratégica desta colónia pressupunha a sua colonização populacional, pois a sua quase ausência determinara todas as dificuldades de Portugal se conservar nela. As escaramuças entre régulos, frades e militares, que se desenrolaram ao longo do séc. XVIII, foram constantes e não podem desligar-se da insuficiente colonização daquela possessão para além do Índico. A acção missionária não se juntou uma adaptação político-administrativa de acordo com os padrões ocidentais. Os hábitos e o modo de vida indígena ficaram intactos e não se verificou uma penetração humana de nacionalidade portuguesa que criasse laços mais fortes e profundos entre os naturais e a soberania lusitana.

De acordo com o testemunho de A. Teodoro de Matos, «só em princípios do séc. XVIII, e com António Coelho Guerreiro, esta ilha com Solor conheceram uma organização político-administrativa... (É ele que) elabora também um orçamento geral onde discrimina o efectivo militar que considera necessário para a defesa da ilha... Já nos fins do séc. XVIII, o governador João B. Vieira Godinho dedicou especial atenção à alfândega de Dili, a quem deu o primeiro Regimento» ⁽¹⁵⁾.

Este desinteresse do Estado português pelo povoamento e desenvolvimento económico-social e administrativo daquela importante ilha pode explicar-se pela distância acrescida da falta de comunicações directas e da fraca população de que Portugal podia dispor para ocupar aquela área. Não ultrapassando a população europeia do séc. XVI o milhão de habitantes, havia que prover a territórios economicamente mais rentáveis como o Brasil e os portos litorais africanos, ou os mais próximos, como as ilhas atlânticas e as praças do Norte de África, além do grande empenho em assegurar os portos do litoral indiano, Malaca e Macau, fontes inesgotáveis das apreciadas especiarias e de toda uma série de produtos de luxo — fundamento do nosso comércio com a Europa Central e do Norte. Estes factores colocaram Timor em nítida desvantagem.

Os reduzidos efectivos militares, a debilidade dos meios financeiros e humanos para abastecer tão vasto império, reflectiram-se gravemente na longínqua mas nunca renunciada ilha de Timor. Por outro lado, e como,

⁽¹⁴⁾ Teófilo Duarte, *Timor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1943, p. 281.

⁽¹⁵⁾ A. Teodoro Matos, *Subsídios para a história económica e social de Timor no séc. XVIII*, Braga, 1975, pp. 5-6.

com evidência, o revela Timor, a expansão da Fé Cristã unificava o mundo onde os portugueses chegaram. De facto, em nenhum ponto do globo por onde passaram os portugueses ela foi desprezada. Ao lado da Fortaleza erguia-se a Cruz. O Cristianismo penetrou, assim, em todas as paragens onde os portugueses aportaram e mesmo onde as vantagens económicas eram secundárias, a religião de Cristo foi uma cruzada em que a força da palavra evangélica venceu, não raro, a força de seculares religiões totémicas, maometanas e hindustânicas.

As dificuldades de circulação nessas regiões não desanimavam os missionários e Timor é a expressão plena desse facto: «É Timor uma ilha de contrastes... Aqui e acolá vastos horizontes e, muito perto, passagens apertadas por vales que parecem não ter saída; a planície pobre e escaldante... encosta esclavada duma montanha que se adianta para mais dentro da planície ir morrer e, numa dobra dela, um vale apertado de sombra acolhedora... ribeiras que seguem silenciosas, escondidas no capim... grandes caminhadas através duma vegetação rasteira, sem valor...» (16).

Nesta terra tão distante do extremo mais ocidental da Europa, os portugueses não desistiram de permanecer, mesmo quando as condições se afiguraram menos propícias. E C. R. Boxer concretiza: «A característica mais espantosa do império marítimo português, por volta de meados do séc. XVI, foi a sua extrema dispersão» (17). Citado por este historiador são também sintomáticas as palavras de George Sansom em *Western World and Japan*: «Os portugueses foram para a Ásia com uma determinação de vencer que era mais forte do que a vontade de resistir dos povos asiáticos» (18).

A deslocação de frades da Ordem de S. Domingos oriundos da diocese portuguesa de Malaca (até 1641, ano em que aquele domínio português caiu sob a alçada dos holandeses) para Timor teria sido iniciada em 1556, ano em que Fr. António Taveira aí chegou. A sua presença teve importantes repercussões, designadamente na criação de um bispado com Fr. Jorge de Sta. Luzia que desembarcou, em 1561, em Malaca. Fr. António da Cruz, da mesma Ordem, foi então enviado com quatro religiosos para a edificação de um estabelecimento religioso. Simultaneamente foi erguida uma fortaleza

(16) Humberto Leitão, *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, 1948, p. 147.

(17) C. R. Boxer, *O império colonial português (1415-1825)*, 2.ª ed. (port.), Lisboa, Edições 70, 1981, p. 69.

(18) *Ibidem*, p. 68.

e logo depois uma igreja sob a invocação de N.^a S.^a da Piedade com um seminário destinado à formação dos novos prosélitos. Para responder às necessidades impostas pelos convertidos foi construída outra igreja em louvor de S. João Baptista (19).

Assim a civilização Cristã, que definia a Europa quinhentista de então, introduzia-se, não essencialmente pela força armada, mas sobretudo pela persuasão espiritual dos missionários, não obstante as ciladas e desconfianças que nos primeiros tempos provocaram em gentes que dificilmente entendiam razões de ordem espiritual para defrontar tantos riscos e tão pouco proveito material. Em contrapartida, aos régulos convinha a aliança com os cristãos que lhes garantia o auxílio do rei de Portugal contra as pretensões holandesas que já se estendiam ao arquipélago indonésio.

A alfabetização dos mais capazes e interessados, o contacto com uma moral humanista, o alargamento da sua visão do mundo que não se confinava já aos domínios de cada reino da pequena ilha ou aos horizontes do universo limitado do Extremo Oriente, foram alguns dos imediatos benefícios de ordem cultural que Portugal por meio dos seus evangelizadores ofereceu àqueles povos de natureza aguerrida, onde as lutas constantes tornavam hostis reinos vizinhos de pequenas dimensões e fracos recursos. A brandura do domínio português, alcançado com a mensagem de Amor Humano ensinada pelos religiosos, tornou odioso aos olhos dos timorenses a subordinação à tutela holandesa presente na Indonésia. Assim, as expressões indonésio e holandês eram quase sinónimas e tinham um carácter pejorativo. A permanência de Portugal era a todos os títulos preferível, na medida em que «os régulos continuavam a governar os seus pequenos estados pagando ao governo (de Portugal) como sinal de vassalagem um tributo, a finta» (20).

A instabilidade ao longo do séc. XVIII, resultante da luta entre a supremacia até então detida pelo poder religioso e a sua substituição pelo poder civil, desencadeou uma época de mal-estar, de desordens e insegurança que só lentamente foi superada. E, em 1859, os habitantes da ilha das Flores recusam arrear a bandeira portuguesa para a substituir pela holandesa e só a ida de um português para justificar essa atitude os convenceu a consenti-lo.

Por sua vez em Timor a paz impôs-se, finalmente, até ao ano de 1808, data do regicídio em Lisboa. Tal notícia gerou nova onda de desagrado.

(19) J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1978, p. 152.

(20) Luís Filipe Tomás, *Timor*, Lisboa, 1974, pp. 20-21.

As movimentações contra o governo instaurado em Portugal em 1910 tiveram plena concretização nos princípios de 1912. Uma violenta insurreição obrigou ao envio da canhoneira «Pátria» com um contingente militar, que foi reforçado no dia 11 de Fevereiro por setenta e cinco homens vindos de Macau e a 8.ª companhia indígena de Moçambique destacada para Macau, transportada num navio inglês⁽²¹⁾. O centro da revolta localizava-se no reino de Manufai, mas havia outras zonas aderentes, tais como Rai-Mea, Cailaco, Bibissuso, Alas, Toriscaí.

O alargamento da contestação ao governador e à política por ele incentivada, adquiria foros nunca antes observados naquela zona. Outra revolta, segundo Jaime de Inso, sem ligações com as anteriores, teria sido a de Ambeno. Este reino era formado por populações orgulhosas da sua identidade rácica, o que determinara uma frágil ligação à soberania governamental. O temor da sua agressividade perante intrusos conduziu o governador Celestino da Silva a aconselhar os comandantes militares a não penetrarem no seu interior, limitando-se a «receberem o imposto que viessem pagar ao comando»⁽²²⁾. O seu governo caracterizou-se, na verdade, por um período de pacificação em que foi possível o estabelecimento de postos militares e, mais tarde, administrativos.

Mas revertamos a 1912: os condicionalismos desta inesperada agitação indígena antiportuguesa tem que se relacionar com a notícia do aumento dos impostos, de restrições ao corte do sândalo (principal riqueza de Timor), de uma taxa a lançar sobre os animais, etc.⁽²³⁾. No entanto, estas medidas decorrentes da implantação da República, em Portugal, não atingiriam tão decididamente os chefes indígenas se o sistema vigente naquela colónia não assentasse na realeza que os régulos representavam, tendo apenas como Senhor acima deles o Rei de Portugal.

Os numerosos reinos timorenses não receberam bem as inovações político-ideológicas introduzidas na metrópole: a deposição do soberano de quem eram súbditos e a substituição do símbolo que o personificava e à Nação — a bandeira azul e branca — por outro chefe político com uma bandeira de cores diferentes, constituía um acto ilícito a que não podiam dar mais a sua fidelidade. As suspeitas perante uma mudança que o seu

⁽²¹⁾ Jaime de Inso, *Timor 1912*, Lisboa, 1939, p. 42.

⁽²²⁾ *Ibidem*, p. 76.

⁽²³⁾ *Ibidem*, pp. 67-68.

culto pelo passado não admitia eram, por sua vez, alimentadas pelos holandeses da Indonésia, sempre prontos a aproveitar o desagrado para com o domínio português.

Depois de várias vicissitudes em que se provocaram incêndios, pilhagens e outros distúrbios com mortes e prisões de ambos os lados, foi possível, sobretudo com a colaboração dos soldados irregulares (autóctones só chamados quando necessário), inverter a posição dos rebeldes que começaram a passar para o lado das forças dirigidas pelos portugueses: «As nossas forças tinham obrigado o inimigo a sair de Larigôa em 7 de Julho e no dia 10 deixavam Bolehá...»⁽²⁴⁾. Como acentua o militar interveniente nestas acções e que é o autor destas passagens, «a marcha tem sido fatigante, como é natural em montanhas desta ordem. (Mas) os marinheiros continuam cheios de dedicação e desprendimento»⁽²⁵⁾.

A deslocação ao longo deste território e o clima constituíam uma das maiores fontes de desgaste para os portugueses vindos da Metrópole, mas a intervenção de muitos dos naturais ao serviço da soberania portuguesa viabilizou a perseguição dos chefes revoltosos. Segundo ainda o testemunho de Jaime de Inso «os rebeldes foram perdendo terreno... até se recolherem às cavernas, para onde subiram por uma escada de bambu que depois tiraram... Os *arraiais* (os referidos soldados irregulares) de Venilale e Kelilai têm prestado os melhores serviços»⁽²⁶⁾.

A pacificação total acabaria por ser gradualmente conquistada e Timor viveria até ao deflagrar da II Guerra Mundial anos sem sobressaltos e ainda prometedores de uma prosperidade atingível.

(continua)

Teresa Bernardino

⁽²⁴⁾ *Ibidem*, pp. 162 e 164.

⁽²⁵⁾ *Ibidem*, p. 164.

⁽²⁶⁾ *Ibidem*, p. 176.